

O CORTIÇO EM PAUTA

O CORTIÇO *IN QUESTION*

João Roberto Maia*

RESUMO: Este artigo faz um cotejo de posições críticas acerca do romance *O cortiço* de Aluísio Azevedo, priorizando o confronto entre a leitura dialética de Antonio Candido, em seu ensaio clássico “De cortiço a cortiço”, e outras interpretações recentes da obra em questão.

Palavras-chave: Aluísio Azevedo; naturalismo brasileiro; Antonio Candido; crítica dialética.

ABSTRACT: This article compares some critical readings on the novel "*O cortiço*", by Aluísio Azevedo, prioritizing the debate between Antonio Candido's dialectical approach, in his classic essay "De cortiço a cortiço", and other recent interpretations.

Keywords: Aluísio Azevedo; Brazilian naturalismo; Antonio Candido; dialectical criticism.

* Pesquisador da Escola Politécnica Joaquim Venâncio (Fiocruz), Rio de Janeiro, Doutor em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-doutorado em Teoria Literária pela mesma universidade. E-mail: jrmcruz@uol.com.br

Uma crítica endereçada ao desenvolvimento do naturalismo no Brasil consiste na consideração de que ele foi, em grande parte, mais um produto da moda literária, que nos vinha da Europa – França e Portugal –, muitas vezes mal assimilado. Em *Prosa de ficção* Lúcia Miguel Pereira bate nessa tecla crítica, sublinhando o alheamento de boa parte de nossos naturalistas à experiência histórica brasileira. A reboque dos temas e fórmulas retirados de Zola e Eça de Queiroz, freqüentemente não atentavam para a inadequação de base que muitas vezes havia entre esquemas da literatura naturalista europeia, com fundamento prático-histórico diverso, e a cena social brasileira. Miguel Pereira lembra que o naturalismo entre nós, a partir de seu começo nos últimos anos do Império, foi contemporâneo da Abolição, da proclamação da República, da revolta da Armada, do encilhamento; contudo, nossos naturalistas, salvo as exceções, mantiveram-se muito preocupados “com casos de alcova”, davam preferência à “análise de temperamentos doentios”, afeitos à condição de seguidores passivos (MIGUEL PEREIRA, 1988, p. 128). Antes de Lúcia Miguel Pereira, José Veríssimo já havia apontado que nossos escritores se colocavam “nas mãos de Zola” (*apud* MIGUEL PEREIRA, 1988, p. 140).

Por outro ângulo, os naturalistas brasileiros não foram apenas seguidores passivos e apequenados. Há os que lograram, com resultados estéticos diferentes, uma incorporação peculiar dos modelos literários, adaptando-os. Araripe Júnior não deixou de destacar a transformação por que passa o naturalismo no Brasil por força da tensão entre “o cientificismo desalentado do europeu e o lirismo nativo do americano pujante de vida, de amor, de sensualidade” (ARARIPE JR, 1958, p. 72).

Ao considerar os momentos fortes que fogem à debilidade da aceitação satisfeita de modelos, penso principalmente no exemplo mais significativo: *O cortiço*, publicado em 1890, que focaliza o problema das habitações coletivas à brasileira. Aliás, é inegável o poder de Aluísio de dar vida a agrupamentos humanos – não por acaso, o segundo melhor romance do escritor maranhense é *Casa de pensão*, que também fixa a vida coletiva. Essa capacidade está presente, por exemplo, na descrição do quadro geral da modorrenta cidade de São Luís (suas ruas, seus cheiros, sons, habitantes) na abertura do romance *O mulato*. Assim como no capítulo 3 de *O cortiço*, é bem urdida a movimentação inicial do cortiço pela manhã, como um grande personagem coletivo, talvez o principal de nossa literatura, “abrindo, não os olhos, mas a sua infinidade de portas e janelas alinhadas” (AZEVEDO, 2011, p. 75). Não é novidade dizer que se trata de um romancista cuja força está na capacidade de fazer a ação resultar da coexistência e inter-relação de muitos personagens, nos vários momentos em que privilegia a interação social.

Seguramente *O cortiço* está entre os romances brasileiros do século XIX sobre os quais mais perdura a atenção da crítica hoje, e as razões de tal interesse são bastante sustentáveis. Todo debate a respeito do romance, ao considerar o conjunto de estudos existente, não pode deixar de destacar o ensaio clássico “De cortiço a cortiço” de Antonio Candido, que pôs em pauta questões decisivas sobre o livro e sobre o naturalismo, além de ser um marco da crítica literária no Brasil. A meu ver, trata-se de estudo dialético que se mantém como a mais vigorosa análise de *O cortiço*, o que pretendo demonstrar ao confrontar achados da leitura de Candido com certos desenvolvimentos de interpretações recentes do romance. Este artigo deve ser o ponto de partida de outro estudo que pretendo fazer sobre o livro de Aluísio Azevedo.

Apesar de o ensaio de Antonio Candido ser bastante conhecido, reproduzirei alguns de seus argumentos que servem ao cotejo com outras posições críticas. Candido trata

inicialmente do que é comum e do que diferencia *O cortiço* e o livro de Zola *L'Assommoir*, no qual Aluísio se inspirou evidentemente, tomando de empréstimo a idéia de fazer da vida dos pobres em suas condições de moradia matéria de romance, além de vários motivos e pormenores. Quanto à relação com o modelo francês, o problema a ser tratado pode ser concebido segundo a fórmula proposta pelo crítico: “filiação de textos e de fidelidade aos contextos” (CANDIDO, 1993, p. 124). Assim, se o nosso naturalista reaproveitou assuntos e formas do naturalismo francês, ele não deixou de submetê-los à especificidade da experiência histórica brasileira, de adaptar o modelo ao contexto do país, pois um dos intentos fundamentais do romancista foi o de interpretar a realidade que o cercava. E uma das razões da boa realização de *O cortiço*, segundo Candido, está no equilíbrio entre o influxo literário externo e o esforço para assimilar o meio.

Os estereótipos naturalistas e nacionalistas estão explicitados em *O cortiço*, formando um conjunto de noções ideológicas quanto à primazia da raça, do ambiente e das nacionalidades, as quais estão formuladas em primeiro plano. Várias passagens do romance revelam ortodoxia naturalista, como a redução de homens e mulheres à animalização biológica em descrições da população do cortiço. A esse respeito, as afirmações da superioridade de raças e da estrita determinação do meio não deixam dúvida. Ao aceitar a proposta de união feita por João Romão, Bertoleza, como o narrador explica, “não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua” (AZEVEDO, 2011, p. 43). Sobre o romance de Rita Baiana e Jerônimo, diz o narrador: “desde que Jerônimo propendeu para ela (...), o sangue da mestiça reclamou os seus direitos de apuração, e Rita preferiu no europeu o macho de raça superior. O cavouqueiro, pelo seu lado, cedendo às imposições mesológicas, enfarava a esposa (...) e queria a mulata (...)” (Idem, ibidem, p. 278-279). Ainda no plano das convicções raciais, a volubilidade atribuída pelo narrador a Rita, que se manifesta em algumas passagens do romance, é considerada também como traço comportamental das mestiças. E o narrador anota que Bertoleza, apesar de já estar a certa altura inteiramente reduzida à condição de escrava de João Romão, “adorava o amigo [o próprio João Romão], tinha por ele o fanatismo irracional das caboclas do Amazonas pelo branco a que se escravizam (...)” (Idem, ibidem, p. 318). Note-se que são convicções a respeito de diferenças raciais que explicam, ao menos em plano manifesto e em consonância com ideias correntes no tempo (que também eram as de Aluísio), o destino das personagens e, portanto, não podem ser tidas como reduzido conjunto de passagens ortodoxamente naturalistas.

Por outro lado, a concepção da superioridade racial do branco coexiste no livro com situações e afirmações do narrador e de personagens que se dão no plano da oposição entre nacionalidades, na medida em que sustentam a xenofobia contra o português e outros estrangeiros. João Romão tem a fisionomia de vilão no romance, pois é o estrangeiro que se beneficia o quanto pode da exploração dos nacionais, tido pelo narrador como “tratante” (AZEVEDO, 2011, p. 308). Uma personagem portuguesa, Piedade de Jesus, aparece como resistente à higiene pessoal em confronto com a muito aseada mulata Rita Baiana, o que a certa altura a torna repulsiva para o marido Jerônimo que progressivamente “se abriga” (assim como os italianos estão entre os mais repulsivos no romance, associados quase sempre à imundície); o modo de viver brasileiro, tão alegre e festivo, parece mais atraente do que o português etc. Assim, em vez de consciência de injustiça social e de exploração de classe, temos, em plano ostensivo, racismo, determinismo, nacionalismo, xenofobia.

Mas *O cortiço* não se limita às noções deterministas e xenófobas. Ainda que sejam manifestas, a elas não se deve o que há de decisivo no romance. Mais importante é o dado que se constitui no objeto central da narrativa. Nesse sentido, Candido indica que o autor maranhense é o primeiro dos nossos romancistas a dar centralidade ao processo de formação da riqueza individual, para a qual é imprescindível um vale-tudo na exploração do trabalho e na boa-fé dos outros. Para o crítico o cortiço é uma alegoria do Brasil, o que permite dizer que a formação da fortuna de João Romão figura parte do processo de acumulação capitalista nas condições do país, uma espécie de “primitivismo econômico”, do qual faz parte até mesmo o roubo puro e simples. Portanto, a formação da riqueza se torna pela primeira vez, entre nós, eixo da composição ficcional: a ação se desenvolve, grande parte da intriga avança e se organiza em função da acumulação de riqueza – um movimento que constitui a linha central do romance.

Apreendida pelo curso da ação romanesca, a centralidade da lógica do capital e da exploração de classe tira o chão da valorização naturalista da raça e do meio, bem como da xenofobia, que constituem noções que comparecem no romance, explicitadas pelo narrador, e são possivelmente as que o autor, por suas convicções de escola, intentava fazer prevalecer. Em outras palavras, o desenvolvimento da ação não corrobora a disciplina naturalista de primeiro plano, o rol de concepções ideológicas definidas *a priori*, tidas à época como científicas.

Portanto, um dos móveis da leitura de Antonio Candido é o de proporcionar a emergência de significados possivelmente não previstos pelo autor Aluísio Azevedo, ou melhor, que não corroboram o arsenal de ideias e pressupostos que animavam o trabalho do escritor. Candido assinala que a violência social do romance “é maior do que supunha o autor” e no mesmo passo desmonta o sistema de noções reiteradas pela visão naturalista ao situá-lo no âmbito das relações de classe, com a “cor local” escravista, que a análise do romance desentranha. Assim, “a arraia miúda dos cortiços, (...) mesmo quando etnicamente branca é socialmente negra”. A redução naturalista dos homens, brancos e negros, ao animalesco cede terreno para outro nível de animalização, cuja brutalidade extrema se concretiza no plano “das relações de trabalho”, já sem o que há de equalizador na redução posta pelo naturalismo: “a própria redução do homem à condição de burro de carga, explorada para formar o capital dos outros”. E quanto ao dito dos pés corrente no fim do século XIX no Rio de Janeiro – “Para português, negro e burro, três pés: pão para comer, pano para vestir, pão para trabalhar” – que, segundo o crítico, ajuda a compreender o enfoque narrativo de *O cortiço*, Candido o reinterpreta, de acordo com o universo do romance, para além da perspectiva de classe que animaria o dito e, uma vez mais, propondo leitura distanciada de estereótipos raciais e xenofobias vigentes em nível narrativo ostensivo: “(...) o português não é português, o negro não é negro, o burro não é burro. Em plano profundo, trata-se de uma trinca diferente, pois na verdade estão em presença: primeiro, o explorador capitalista; segundo, o trabalhador reduzido a escravo; terceiro, o homem socialmente alienado, rebaixado ao nível do animal” (CANDIDO, 1993, p. 133-134).

No âmbito de comparação entre perspectivas críticas, o escrutínio das contradições que há no romance, algumas das quais contradições do próprio naturalismo, confere a “De cortiço a cortiço” rendimento analítico que não se encontra, quanto às questões que serão debatidas, em outras leituras de *O cortiço*. Passo agora ao anunciado cotejo de posições críticas.

Em *O retrato do Imperador*, de Leonardo Mendes, trabalho sobre o romance naturalista no Brasil, há dois capítulos dedicados a *O cortiço*. Num deles o autor busca articular certa definição de identidade brasileira e a sexualidade. No outro o foco está nas questões da homossexualidade e da prostituição. Concentro minhas observações a passagens que me parecem problemáticas e, se não estou enganado, prejudicam a compreensão crítica do romance.

O estudo releva a sexualidade de Rita Baiana, a qual estaria, assim como a música e a alegria nacionais, entre as forças a serviço da superioridade do modo de vida brasileiro em comparação com o português – tese a respeito da qual a narração não deixaria dúvida ao confrontar duas culturas, “dois projetos de vida”. Mendes destaca uma das cenas de festa no romance, na qual há uma espécie de duelo entre a guitarra portuguesa, de um lado, e o cavaquinho e o violão brasileiros, de outro. A vitória cabe aos instrumentos nacionais, à música contagiante que se faz com eles, assinalando, nas palavras do narrador, o predomínio da “refulgente luz dos trópicos”, a qual “amortece a fresca e doce claridade dos céus da Europa” (AZEVEDO, 2011, p. 138). Se o poder da música baiana (por extensão, brasileira) cala a música portuguesa, de par com a referência à força maior dos elementos naturais, pode-se afirmar que há em *O cortiço* “um ranço romântico ufanista” a marcar as concepções acerca da nacionalidade na passagem citada, conforme Mendes. E o ensaísta não deixa de sublinhar que a perspectiva ufanista tem amplitude, na medida em que a “superioridade do que é brasileiro se articula em vários níveis: do clima à música, da música à mulher”, como a trajetória do português Jerônimo torna patente (MENDES, 2000, p. 44-46).

Não nego que cenas e afirmações do narrador favoreçam o entendimento de que há eventual prevalência do modo de vida brasileiro, sem dúvida presente no duelo citado, e, principalmente, de que o poder da natureza tropical se impõe, como se evidencia reiteradamente na narração. Contudo, se há momentos de predomínio do que é brasileiro, ele tem de ser dimensionado, não vai além mesmo desses elementos que servem à crença naturalista, reiterada pelo romance, nas “imposições mesológicas”: clima, música, mulher, costumes. Já a concepção exclusivamente positiva, ufanista da natureza, a qual seria suporte da ideia de nacionalidade no romance, não parece sustentável.

Em primeiro lugar não é possível minimizar, na medida em que fazem parte da linha de desenvolvimento principal da narrativa, as formas de exploração predatória do trabalho e outras formas de espoliação a que estão submetidos os filhos da terra principalmente. O reconhecimento dessas questões obriga a reconsideração daquela superioridade nacional, a confrontá-la com a experiência de classe, ou derrapar na desconversa diante da problemática armada no livro, a respeito da qual as observações críticas de Antonio Candido são esclarecedoras. Os modos primitivos de acumulação de capital se valem de todo tipo de apropriação de riqueza, como vimos, toda forma de esbulho, inclusive o roubo. Entretanto, “essa acumulação assume para o romancista a forma odiosa da exploração do nacional pelo estrangeiro”. Apesar da gritante espoliação, “n’*O cortiço* há pouco sentimento de injustiça social e nenhum da exploração de classe”. Em plano ostensivo, portanto, ao dar prevalência às polarizações de raças e nacionalidades, *O cortiço* “não questiona os fundamentos da ordem” (CANDIDO, idem, p. 131). Todavia, como já ficou indicado, o crítico vai buscar outras razões, diferentes das que se ajustam às teorias naturalistas, na principal linha de ação do romance, na qual vigem as relações entre o ganhador de dinheiro e os espoliados, sejam estes

brasileiros, portugueses, brancos, negros, mulatos. Diante disso, o confronto de nacionalidades não passa de cortina de fumaça.

Em face das questões levantadas por Candido, não vejo como possa ficar de pé a sugestão “antropofágica” de Leonardo Mendes, que vê no abasileiramento de Jerônimo “o signo da vitória de uma terra que jamais se rende, mas antes, antropofagicamente, assimila os conquistadores, impondo-lhes (...) um novo modo de vida”. Sintomaticamente tal afirmação se sustenta na atenção exclusiva dada ao que acontece com Jerônimo, que se deixa seduzir pelos encantos da mulata baiana e se abasileira sem resto, não conservando mais vestígios do português apegado à família, metódico, orgulhoso de sua expertise no trabalho e ambicioso que foi. Obviamente João Romão está nos antípodas do outro português, é o estrangeiro que domina. Sua presença avassaladora no romance, capaz de levar tudo e todos de roldão para realizar seus desígnios de enriquecimento, compromete ou ao menos deveria relativizar afirmações acerca da assimilação dos conquistadores, da terra que vence e “jamais se rende”, enunciadas de modo peremptório. Também me parece parcial dizer que o romancista nos dá uma visão da vida no país que poderia ser traduzida, “macunaimicamente, como “de pouco trabalho e muito lazer” (MENDES, *idem*, p. 60-61). É verdade que o modo de vida de Jerônimo, à medida que se abasileira, pode ser descrito nesses termos. A ambição de enriquecer é abandonada, porque sempre a acalentou como decorrência de esforços que deixa de prezar, o trabalho e a poupança. Seu progressivo desfibramento e sua preguiça resultam das imposições do meio físico e social: o calor inclemente, os costumes brasileiros. A alegria de viver e os novos prazeres da sociabilidade apagam o que havia de soturno e entristecido em sua casa, cada vez menos portuguesa. E quando ele chega ao ápice da transformação (ao abasileirar-se para sempre), todas essas características se consolidam. Poder-se-ia dizer que a personagem adquire integralmente alguns aspectos que o romancista entendia ser representativos da vida brasileira. Mas tais aspectos não são os únicos no romance e penso que no caso de Jerônimo são ressaltados para dar maior realce à tese naturalista de transformação pelo meio, a que pode submeter-se mesmo um estrangeiro tão apegado a raízes e costumes tão diversos.

Se não faltam, pelo contrário, descrições de momentos de lazer e muita festa, nos dias de folga, o romance também descortina o mundo do trabalho, a variada faina de mulheres e homens. As lavadeiras aparecem muitas vezes dando duro e a descrição das tarefas na pedreira impõe ao narrador a qualificação das mesmas como penas infernais¹. Aliás, cabe anotar ainda que o estilo de vida de Rita Baiana, mais dado ao prazer que ao esforço, é comentado pelos vizinhos da estalagem como algo que a diferencia, que a singulariza entre os moradores – um modo de vida que não se ajusta ao cotidiano de trabalho pesado da maioria.

Em *O cortiço* a natureza brasileira não apenas é tributária da visão romântica que a entroniza, realça-lhe os poderes e busca nela correspondências simbólicas com a nação, sob empenho patriótico. Candido assinala que a natureza passa pelo filtro do pessimismo naturalista, antípoda da euforia romântica e inseparável do sentimento de inferioridade às

¹ Em certa passagem, João Romão apresenta a Jerônimo a pedreira e o narrador aproveita a ocasião para nos revelar a dura execução de tarefas, usando imagens que caracterizam a obrigação de trabalhar ali como condenação aos infernos: “Em volta da bigorna dois homens, de corpo nu, banhados de suor e aluminados de vermelho como dois diabos, martelavam cadenciosamente sobre um pedaço de ferro em brasa; e ali mesmo, perto deles, a forja escancarava uma goela infernal, de onde saíam pequenas línguas de fogo, irrequietas e gulosas”. Em outro trecho: “(...) tudo dava a ideia de uma atividade feroz, de uma luta de vingança e de ódio. Aqueles homens gotejantes de suor, bêbados de calor, desvairados de insolação, a quebrarem, a espicaçarem, a torturarem a pedra, pareciam um punhado de demônios” (AZEVEDO, 2011, p. 96-97). Não se ouve deles nenhum “Ai, que preguiça” macunaimico, com que se esquivariam da faina massacrante.

culturas matrizes, fincando pé na incompatibilidade entre ela (a natureza) e “a ordem e a ponderação dos costumes europeus” (CANDIDO, 1993, p. 138). Na verdade, tanto o modo de viver brasileiro (atraente, capaz de seduzir e prevalecer sobre o português, mas também viver de dominados, incapazes de romper o cerco da miséria que se perpetua pelas gerações), quanto a natureza (poderosa e ao mesmo tempo incompatível com certos avanços civilizatórios) estão presentes no romance e constituem, em perspectiva mais ampla, ambivalências de nossa vida intelectual à época, sobre a qual pesava a dificuldade de conciliar a crença no país, o orgulho patriótico e a consciência do atraso, a vergonha pelo que nos distanciava dos países que serviam como modelares. Nesse sentido, quanto a Aluísio, Candido sublinha a versão naturalista do dilema intelectual brasileiro, que a seu modo o naturalismo foi exemplar, ao expressar “a contradição entre a grandiloquência das aspirações liberais e o fatalismo das teorias então recentes e triunfantes”, que se pretendiam científicas e “pareciam dar um cunho de inexorável inferioridade às nossas diferenças” (Idem, *ibidem*, p. 139).

Faço uma última objeção a respeito da “supremacia da mulher no cotidiano das relações entre homens e mulheres, em todas as classes sociais”, que Leonardo Mendes julga haver n’*O cortiço*, seguindo nesse passo as convicções da personagem Pombinha sobre a superioridade do sexo feminino (MENDES, 2000, p. 114). As personagens femininas têm, de fato, força e se destacam. Entretanto, mais uma vez, a interpretação é insuficiente porque desconsidera que as trajetórias das personagens mostram experiências mais contraditórias, que não deixam de problematizar a vida brasileira e suas opressões de gênero e de classe. Sobre as mulheres, principalmente as muito pobres habitantes do cortiço, incidem as marcas da sujeição e os limites impostos à condição feminina. Rita Baiana faz praça de sua independência ao rejeitar o matrimônio, mas apanha do amante Firmo sempre que se relaciona com outros homens. Pombinha convence-se do “estranho poder” que a mulher exercia sobre os homens, aprende com Léonie a superioridade de seu sexo, mas ambas só podem exercer plenamente sua ascendência e amealhar riquezas na condição socialmente depreciada de prostitutas². Florinda, após fugir do cortiço por estar grávida do caixeiro da venda, junta-se com um velho que “queria que ela se prestasse a tudo” e depois com um vendeiro que a expulsa e a deixa “só com a roupa do corpo” (AZEVEDO, 2011, p.272-273). O começo do capital de João Romão contou com o reforço das “economias” de Bertoleza. Além disso, todo o enriquecimento do vendeiro valeu-se do trabalho infatigável da mulher. Não obstante, a esta cabe o destino mais trágico do romance. E é um homem, o mesmo João Romão, que ao final realiza plenamente seus propósitos, “ri por último”. Como falar de supremacia feminina?

Por sua centralidade n’*O cortiço*, a questão racial está na pauta das releituras, como a proposta pela professora Enid Yoshida Frederico em matéria da revista *Caros Amigos*³. Para ela Aluísio Azevedo apresentaria no romance uma visão que não se ajusta às teorias raciais eurocêntricas, como a do francês conde Arthur de Gobineau ou a do brasileiro Raimundo Nina Rodrigues, armadas de convicção acerca da superioridade do branco, com grau máximo de desprezo pelo mulato. Outro seria o olhar sobre as raças no livro, no qual os sinais estariam trocados se o termo de comparação for o racismo daquelas teorias: brancos como João Romão,

² Apesar de tão bem recebida e admirada no cortiço, cujos moradores se impressionam com seu luxo, Léonie sabe bem os custos de sua posição de prostituta cara. Assim, a afeição que Léonie sente por Juju, filha de Augusta e sua afilhada, “era o que a seus olhos a resgatava das objeções do ofício” (AZEVEDO, 2011, p. 180).

³ Faço a ressalva que as declarações da professora talvez tenham sido registradas de modo fragmentado, como é comum em matérias jornalísticas. Possivelmente tal registro não dê conta da integridade da leitura de Enid Yoshida.

Miranda e sua mulher contam com apreciação negativa do narrador, enquanto que o que há de positivo estaria presente na mestiçagem, sobretudo na mulata Rita Baiana. Ora, como já vimos, a superioridade racial do homem branco sobre a mulher negra e mulata está presente nas afirmações categóricas do narrador, as quais não são apenas caídas eventuais na ortodoxia naturalista, mas trazem a razão que explica muito do que acontece com as personagens segundo a mesma ortodoxia. Como o pessimismo dá a tônica, os brancos não têm realmente um valor positivo no romance, tampouco os pobres e dominados, muito dos quais mestiços e negros.

Para Enid Yoshida, “Jerônimo, o português branco, perde aquele jeito duro, exageradamente disciplinado, e se humaniza no momento em que se liga à Rita Baiana e se torna brasileiro” (LUEDEMANN, 2012, p. 41). Na verdade, a mulata seduz completamente e transforma o português (que sucumbe às forças do meio, à maneira brasileira de viver), mas ela também se sente atraída, nunca esqueçamos, pelo homem de raça superior. Note-se ainda que os prazeres e felicidade arrebatadores da união de ambos são um lado da moeda. O outro lado do consórcio com a mulata torna o português vicioso, preguiçoso, irresponsável – além da perpetração de assassinato, ato que remove o principal obstáculo àquela união. Em sua última aparição no romance a fidelidade máxima de Jerônimo ao gozo da vida com Rita Baiana resulta na impiedade do abandono da ex-mulher e da filha, brutalmente enxotadas. Ainda uma vez, a ambivalência marca certo modo de vida brasileiro.

Pergunto-me também se Enid Yoshida não ameniza o caso de Bertoleza, ao dizer que, por ser negra, ela “não é muito bem considerada”. Algumas das asserções do narrador sobre Bertoleza são certamente as mais violentas considerações da raça no livro, porque ressaltam a negritude da personagem e a vinculam ao que causa asco e desprezo extremos. A técnica do discurso indireto livre tem seu funcionamento ajustado à barbárie, na medida em que as palavras do narrador e os pensamentos de João Romão reforçam-se reciprocamente para fazer ver o ser negro como estigma, algo a ser eliminado por desprezível, entrave à vitória do superior, o branco. Tudo somado, parece pouco convincente essa redefinição de valores positivos e negativos diante da questão racial, cujo tratamento no livro é mais ambíguo e às vezes, com todo o peso da palavra, sinistro.

Por último faço alguns comentários a respeito de outra bem recente releitura de *O cortiço*, feita por Paulo Franchetti, que serve como apresentação do livro em nova edição. Diferentemente das outras revisões críticas referidas, a de Franchetti leva em conta o ensaio de Antonio Candido para contraditá-lo.

O questionamento inicial aponta a valorização do romance “pelo que nele seria antinaturalista” (FRANCHETTI, 2012, p. 28). Para corroborar tal encarecimento do elemento que nega o naturalismo, a proposta de ver no cortiço azevediano uma alegoria do país é o ponto a realçar. Com efeito, Candido argumenta que o romance tem um plano alegórico, pois o cortiço, além de ter sido um tipo de habitação coletiva brasileira, cuja existência real inspirou o romancista, é “também antinaturalisticamente uma alegoria do Brasil”, com a mistura de raças e sua convivência conflituosa, a forte presença da natureza, a proximidade do capitalista estrangeiro ultra-explorador. Mas o propósito não é o de negar o naturalismo ou avaliá-lo univocamente de modo negativo, mas mostrar que se obras naturalistas apresentam procedimentos literários “antinaturalistas”, como o uso da alegoria no caso de Zola e Aluísio, isso pode resultar favoravelmente, constituir-se em elemento de força, tal qual nos dois escritores citados. E o mérito do plano alegórico do cortiço brasileiro

como solução literária está, na perspectiva de Candido, em seu poder de abrangência. O coletivo da habitação popular “passa a representar, através dele, aspectos que definem o país todo”, tornando-se expressão da “generalidade do social” (CANDIDO, 1993, p. 137-138).

Penso que Franchetti, ao afirmar que em “De cortiço a cortiço” o romance de Aluísio é valorizado pelo viés antinaturalista, erra ao não levar em conta a fórmula capital proposta no ensaio, a qual orienta a análise e constitui norte de programa crítico: “filiação de textos e fidelidade aos contextos”. Não custa lembrar, como já se registrou, que a qualidade estética da obra está, segundo Candido, na capacidade de relacionar, com bom resultado, o influxo literário externo, o modelo naturalista francês de Zola (ao qual se filia o texto de Aluísio), e a experiência da sociedade brasileira que interessava interpretar (a fidelidade do romancista maranhense a seu contexto).

Apesar de reconhecer que Antonio Candido trata da miscigenação, Franchetti anota a falta de referência a e de reflexão sobre outros habitantes do cortiço, além dos brasileiros brancos e vários tipos de mestiços, que seriam os muitos europeus, portugueses e mascates italianos. Ainda que não haja no ensaio descrição de toda a composição populacional da Estalagem de São Romão, há referências ao conjunto variado de moradores, do qual o branco europeu faz parte. Não vejo como se possa negar a menção a outros estrangeiros, portugueses, que se igualam aos da terra, assim como Jerônimo, no seguinte trecho:

(...) o Comendador Miranda, já posto no sobrado vizinho do cortiço; João Romão, labutando neste, olhando para o sobrado e lá chegando; Jerônimo e outros, que seguem os impulsos, nivelam-se aos da terra e perdem a vez. São variedades do branco europeu (...). (CANDIDO, 1993, p. 133)⁴

O intento de se contrapor à leitura do cortiço como alegoria do país é maior do que tentar compreender pontos decisivos do esforço analítico que há em “De cortiço a cortiço”. Daí o recurso fácil de atribuir simplificação à leitura de Candido, a qual supostamente “reduz os conflitos a uma oposição entre o nacional e o estrangeiro” e, por essa razão, não se sustenta. Simplificada é a crítica que faz tal atribuição e é ela que, na minha opinião, não se sustenta.

Como o ensaio de Antonio Candido deixa claro, e espero ter conseguido demonstrá-lo, uma “espécie de luta de raças e nacionalidades” tem presença ostensiva no romance. Não apenas no episódio da briga entre Rita Baiana e Piedade, quando os grupos de brasileiros e portugueses tomam partido de acordo com a nacionalidade das contendoras. Vimos que o choque de nacionalidades tem outra versão no duelo entre modos de vida de brasileiros e de portugueses. Trata-se de confronto que corrobora a análise de Candido, embora o ensaísta não o explore. Já me referi a passagens nas quais o teor xenófobo da narrativa é manifesto. Outra passagem, sobre um dos mais sinistros personagens, talvez seja pertinente. Sem prejuízo da vilania e do parasitismo da figura, um agregado de português rico, o narrador atribui a Botelho a expressão, ditada pela dor extrema de fracassado, do ódio contra o país, cuja razão de ser está no fato de que este proporciona a portugueses condições de enriquecimento que nega a ele, um brasileiro: “E, para individualizar o objeto de seu ódio, voltava-se contra o Brasil, essa terra que, na sua opinião, só tinha uma serventia: enriquecer os portugueses, e

⁴ Outra referência, posterior, a brancos que habitam o cortiço e são explorados, como os negros e mulatos, pelo “português ganhador de dinheiro”, não tem que ser lida apenas como menção a brasileiros brancos, mas também a portugueses e outros estrangeiros (CANDIDO, 1993, p. 137).

que, no entanto, o deixara a ele, na penúria” (AZEVEDO, 2011, p. 68-69). Se Botelho alimenta indiscriminadamente ódio contra todos os que têm o que ele não obtivera, seu rancor não deixa de ser, de modo lapidar, o do brasileiro branco contra seu país, no qual as condições que favorecem a ascensão de portugueses são as mesmas que o reduzem a quase nada. A opinião do parasita antecipa o enriquecimento futuro de João Romão e, portanto, sua consonância com a ação principal do romance não poderia ser maior. Em suma, trata-se de movimentos e apreciações que situam em plano ostensivo o choque entre os âmbitos nacionais assinalado em “De cortiço a cortiço”.

O passo seguinte do estudo, a que já me referi como fundamental, está evidentemente fora da perspectiva de Franchetti, porque assim pode dizer que a leitura a que se contrapõe é “simplificada”: as oposições nacionais e raciais não são as determinantes. É a centralidade da acumulação de capital e da exploração de classe, apreendida pelo desenvolvimento da ação romanesca, que requalifica aquelas oposições com as quais o romancista pagava seu tributo às teorias da época, mas que nada dizem sobre “o andamento impessoal da acumulação de riqueza, cuja mola não é a guerra entre as raças e as nacionalidades, mas o capital” (SCHWARZ, 1999, p. 40).

Outra restrição não resiste a qualquer leitura um pouco mais atenta do ensaio, como a de que para Candido o capitalista João Romão apenas está “postado na entrada” do cortiço. E não me parece que seja errônea a atribuição de capitalista a este personagem, condição que ele só alcança no final do romance, segundo Franchetti.⁵

Em *O cortiço* o narrador acentua a vilania do explorador, mas tão desprezível aparece, por sua vez, a massa manipulada e explorada que se poderia indagar se não há exagero na apresentação extremamente negativa do proprietário. O português pertence à raça superior e ao mesmo tempo é uma figura repulsiva, explorador abjeto. A alegria da vida brasileira e a força atrativa de elementos da cultura popular não impedem a caracterização da população do cortiço como massa ignóbil. A natureza tropical impulsiona a vida, mas é força de dissolução, além de incongruente com propósitos civilizadores. São obnubilações presentes n’*O cortiço* e exploradas por Antonio Candido como contradições, cujo rendimento é significativo: não são exclusivas do livro e do naturalismo, mas da geração de intelectuais a que pertence o escritor, conforme vimos. Não vejo por que a identificação desse problema pela análise, que capta um impasse literário e cultural, possa ser prova de “insubsistência” da leitura que se vale da dimensão alegórica.

Nem é preciso dizer que o cortiço não tem de ser lido necessariamente como alegoria do Brasil e divergências de enfoque são comuns em estudos de obras que oferecem campo a reflexões diversas. Mas é igualmente evidente que a crítica a outro estudo pode fundamentar-se em argumentos questionáveis. Mais uma vez, penso que não se sustém outra objeção de Franchetti, segundo a qual a “leitura alegórica do nacional” exigiria, para ter pertinência, que não fosse aplicada “a somente parte da história” (FRANCHETTI, 2012, p. 38). Em primeiro lugar, acho perfeitamente cabível que a alegoria do país tenha como objeto o cortiço de João Romão e não o Cabeça de Gato. Todo o desenvolvimento da intriga acompanha a construção, o crescimento e a transformação daquela estalagem, na qual população, ambiente físico, relações sociais estão desenvolvidos e, por isso, favorecem o estudo dos problemas

⁵ Na verdade, Antonio Candido usa a palavra capitalista para identificar o representante da classe proprietária no romance, o dono da estalagem que cobra aluguéis, emprega e explora trabalhadores na pedreira, vende-lhes víveres, e nessa condição pode movimentar a roda da acumulação do capital. Posteriormente João Romão passa a se dedicar também à especulação financeira, a que Paulo Franchetti parece se referir ao dizer que apenas no final ele se torna capitalista.

levantados pela análise em chave alegórica. Em segundo lugar, ao contrário do que sugere o crítico, a reconstrução do cortiço por João Romão não fica fora da alçada da alegoria proposta no ensaio de Candido. Na terminologia do autor, há no livro “certa dialética do espontâneo e do dirigido”, que marca a ação reconstrutora da estalagem. No começo o crescimento do cortiço se dá predominantemente em ritmo espontâneo, verificando-se forte presença das forças naturais, de imagens orgânicas no tratamento da habitação popular. Aos poucos o crescimento desta vai-se tornando cada vez mais dirigido, com o predomínio lento do desígnio racional, do “caráter mais mecânico de planejamento”, o qual prevalece efetivamente na reconstrução do cortiço após o segundo incêndio. As palavras de Candido deixam cristalino o que, em sua leitura, é decisivo no processo:

A passagem do espontâneo ao dirigido manifesta a acumulação do capital, que disciplina à medida que se disciplina, enquanto o sistema metafórico passa do orgânico da natureza para o mecânico do mundo urbanizado. (CANDIDO, 1993, p. 135-136)

Na passagem de um ritmo a outro está implicado o ritmo da apropriação de riqueza, a força racional que há no empenho de ganhar dinheiro. Como a lógica do capital não faz caso de nada, de nenhum argumento alheio a seus interesses de reprodução, descarta-se soberanamente tudo o que não se ajusta a estes, principalmente o que passa a ser rebotalho humano na habitação renovada, cujo destino é a penúria do “Cabeça de Gato”, tão miserável quanto outrora fora a Estalagem de São Romão. A reconstrução do cortiço faz parte do projeto econômico de João Romão, “que figura em escorço as condições gerais do país”. Uma modalidade de acumulação econômica cujo ritmo ajusta-se ao ritmo da narrativa e é, em plano histórico, característica do país. Daí o cunho alegórico do espaço limitado onde se dá a acumulação do capital (CANDIDO, 1993, p. 151). Esta é a problemática em pauta na definição do cortiço como alegoria do Brasil.

Todavia, Franchetti prefere enveredar por outro caminho, ao levantar suas objeções, fazendo indagações que, a meu ver, são inteiramente alheias aos propósitos do ensaio de Candido, como: “Qual deles [o cortiço de João Romão ou o outro] seria o Brasil?”. Ou: “Seria uma proposta de reconstrução nacional [a reforma do cortiço de João Romão], teria algo a ver com a passagem do Império à República?” (FRANCHETTI, 2012, p. 38).

No final das contas, a rejeição do alegórico n’*O cortiço* aparece claramente formulada pelo crítico e está fundada no ponto de vista segundo o qual a insistência na alegoria não pode ser senão a “insistência em que o imperativo da literatura brasileira é a representação do país como um todo”. Em consequência, tal leitura levaria a encarecer “os efeitos desse imperativo na particularização do Naturalismo no Brasil” (FRANCHETTI, 2012, p. 38-39). A meu ver, a análise não obedece a imperativo dessa ordem, mas sinaliza uma tendência histórica na literatura brasileira e, em plano mais amplo, em nosso meio intelectual, verificando seu rendimento em uma obra específica: “a necessidade de autodefinição nacional” (CANDIDO, 1993, p. 152). Quanto a resultados estéticos, eles são evidentemente variados, não são garantia de boa literatura. Quanto à leitura do cortiço como alegoria do país, importa avaliar, sem *parti pris*, sua produtividade, a abrangência das questões que coloca para reflexão, sua força de elucidação do romance. E nesses aspectos a força do ensaio de Antonio Candido é notável.

Mais de um século após sua publicação, *O cortiço* continua objeto de revisões críticas e divergências. Em nossa literatura não são muitos os livros sobre os quais se possa dizer o mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Aluísio Azevedo. O romance no Brasil. In: *Obra crítica de Araripe Júnior*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1958, vol. 2 [1888-1894], p. 63-73.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. In: *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993, p. 123-152.

PEREIRA, Lúcia Miguel. O naturalismo. In: *Prosa de ficção (de 1870 a 1920)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p. 119-157.

FRANCHETTI, Paulo. Apresentação. In: AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012, p. 9-60.

LUEDEMANN, Cecília. Um cortiço chamado Brasil. *Caros Amigos*. São Paulo, ed. 179, 15 de fev. de 2012, p. 40-41.

MENDES, Leonardo. *O retrato do Imperador: negociação, sexualidade e romance naturalista no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.